

Governo deve propiciar desenvolvimento das pescas

N. 4/3/93

— afirma Secretário de Estado para a área, Moisés Massinga, na abertura do encontro sobre crédito para esta actividade

O Estado deve propiciar o desenvolvimento da actividade piscatória no país, através da criação de incentivos ou medidas de apoio, de carácter financeiro e fiscal, que permitirão a execução, por parte dos beneficiários, dos investimentos que servem à renovação do aparelho produtivo, disse ontem em Maputo, o Secretário de Estado das Pescas, Moisés Rafael Massinga, quando procedia à abertura do seminário sobre crédito à pesca de pequena escala.

Dentre as medidas que podem ser adoptadas, com vista à renovação da capacidade produtiva do sector, segundo Moisés Massinga, o crédito é o mais relevante, embora seja evidente que, isoladamente tal acção não pode constituir o remédio para a alteração das condições de produção, comercialização e desenvolvimento social de pesca de pequena escala.

Nesta ordem de ideias, segundo a fonte, deverão ser, para além da criação de mecanismos de apoio financeiro e fiscal, desencadeadas acções de extensão, formação profissional e divulgação de novas embarcações e métodos de pesca para aumentar a produtividade da frota, avaliar a situação dos recursos existentes e investigar a possibilidade de utilização doutros de forma a mantê-los a um nível económico e biológico sustentável.

Deverão ser realizadas acções de investimento infra-estrutural e social complementares à actividade de pesca, medida esta que conjugada com as acima referidas, vem chamar atenção para o facto de o desenvolvimento de um sector, não poder ser obra de apenas um tipo de intervenção, neste caso o crédito.

Massinga sublinhou que a ausência do crédito é um dos factores limitantes que podem impedir o progresso da actividade, devendo, desta forma, serem garantidas condições permanentes de renovação dos factores de produção envolvidos.

«Sendo a pesca uma actividade económica viável, no seu conjunto, será neste princípio que deverá assentar o seu acesso a meios financeiros alheios. O recurso aos donativos, admissível em certas circunstâncias, pode ser socialmente injusto já que eles tendem a escassear e a ter de acorrer a necessidades que não têm possibilidades de se viabilizar economicamente a curto prazo», disse Massinga.

O Secretário de Estado das Pescas, referiu, a dado passo da sua alocução, que não obstante se considerar correcta a orientação futura relativamente a matéria, há que mencionar algumas providências a serem tomadas tudo em conta as características do sector da pesca de pequena escala, nomeadamente quanto à falta de uma cultura de crédito.

Devido àquela razão, segundo disse, a concessão de crédito à pesca de pequena escala e às actividades com ela relacionadas, terá de ser acompanhada por medidas de apoio que competem ao Estado, designadamente a extensão pesqueira, a formação e a experimentação, fundidas no conceito de alargamento das actividades do Instituto de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala (IDPPE).

PESCA ARTESANAL MERGULHADA NUM MAR DE DIFICULDADES

Oitenta e cinco mil pessoas praticam a pesca de pequena escala em todo o país e, a falta de meios e a situação de insegurança que se vivia antes da assinatura do Acordo Geral de Paz, fizeram com que daquele número, 65 mil passassem a desenvolver a pesca de subsistência.

Das 130 mil toneladas de pescado produzido anualmente, segundo

estatísticas apresentadas no encontro, 75 por cento provêm da pesca artesanal, razão pela qual se aponta a necessidade de investimento nesta área que, para poder satisfazer as exigências do mercado, precisa de duplicar os actuais índices de produção.

Como é de depreender, a tarefa ou o futuro que espera os praticantes desta actividade é, em primeiro lugar, de muito trabalho. Mas, enquanto não forem injectados recursos para tornar a actividade rentável, seja qual o esforço que for feito, este poderá redundar num fracasso.

Por enquanto, a situação é crítica, com cerca de 75 por cento do total dos pescadores a operarem com base em pirogas e canoas e outros 15 em barcos a vela e a remo; acréscimos de custos sem a correspondente subida no valor das receitas; baixo nível de rendimento económico da actividade e pequena ou nula capacidade de acumulação e de auto-financiamento. Para além disto, há ainda a apontar dificuldades no aprovisionamento de meios e factores de produção nos circuitos comerciais ainda em grande parte afectados pela recente situação de guerra, o que provoca uma dependência dos pescadores em relação a eles. Estes são apenas alguns exemplos de um mar de problemas em que a actividade tem atravessado.

O seminário, que tem o seu encerramento previsto para hoje deverá apresentar alternativas para

que a situação seja ultrapassada, e avançar ideias para a elaboração dum plano de desenvolvimento das pescas no país, partindo duma consultoria realizada ao longo da costa. O encontro reúne representantes de instituições credoras e empresas relacionadas com a actividade piscatória.